



Revista Internacional de Folkcomunicação

ISSN: 1807-4960

revistafolkcom@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Oliveira, Renata Dias

Uma virada epistemológica para decolonizar a Comunicação a partir das práticas de sujeitos escravizados

Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 17, núm. 39, 2019, Julio-, pp. 240-246

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.17.i39.0015>

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=631766515016>

- [Cómo citar el artículo](#)
- [Número completo](#)
- [Más información del artículo](#)
- [Página de la revista en redalyc.org](#)



Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Uma virada epistemológica para decolonizar a Comunicação a partir das práticas de sujeitos escravizados

Renata Dias Oliveira¹



A obra *Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX* (2016) discorre sobre os modos de comunicação dos escravos (*sic*)² durante a escravidão oitocentista por meio de uma análise apoiada na percepção dos espaços-tempo da oralidade, da leitura, da escrita e do impresso. Delineando tais territórios, não se trata de dar prova material da capacidade de ler e escrever dos escravizados, mas de reconstituir o processo de escravização brasileiro colocando no centro da análise os processos comunicacionais engendrados por estes sujeitos compulsoriamente subtraídos de seu território original.

¹ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: renatadias.comunica@gmail.com.

² A autora reiteradamente se refere aos sujeitos escravizados como “os escravos”. Cabe aqui um refinamento no acionamento desta terminologia, sobretudo em uma publicação que pretende tensionar a historicidade tradicional em favor dos sujeitos subalternizados no processo de escravidão brasileira. A anciã, educadora, líder comunitária e ativista brasileira Makota Valdina (2013) nos convidou a reposicionar este pensamento ao postular que não há no Brasil descendente de escravos, mas sim descendentes de seres humanos que foram escravizados. Em território africano, eram sujeitos originalmente livres, pertencentes a um sistema consolidado de práticas culturais anteriores à escravização. O sujeito, a partir daquela subtração compulsória do seu lugar de origem, foi feito escravo, ele não o é. Portanto, escravizado é o termo que utilizaremos ao longo desta produção por entendermos que este não limita a identidade do sujeito à sua premente condição de vida.

A autora, Marialva Barbosa, é atualmente professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista do CNPq. É jornalista, mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Suas obras e publicações são referentes à evolução e transição da comunicação e, principalmente, da imprensa em seus aspectos históricos.

Logo na introdução, a autora afirma que não se trata de uma obra sobre a escravidão, e sim de se pensar os escravizados como uma rede de sujeitos comunicacionais por meio da análise de práticas que por muito tempo foram silenciadas e apagadas na historiografia tradicional brasileira. Barbosa destaca a crítica feita nos anos 90 à “teoria do escravo-coisa” por Sidney Chalhoub, autor que combatia a ideia de que a violência da escravidão transformava os negros em seres incapazes de ação autônoma. A autora soma essa perspectiva à de Agnes Heller, que defendia que há acontecimentos que só afloram à superfície quando se alcança determinado grau de consciência histórica. Estes autores visualizam a história como possibilidade interpretativa a partir de restos e rastros do passado que chegam ao presente. Rastros estes que a autora, nesta obra, reivindica como modos de comunicação que só perduraram em função de terem sido práticas comunicacionais. Neste sentido, encara a História como um ato comunicacional, à medida em que esta pretende recuperar os atos comunicacionais dos homens do passado como verdade. Mas, à luz de Ricoeur, pondera que são visões de mundo produzidas.

A autora se coloca como uma crítica às teses que disseminam visões abrandadas da escravidão. Remonta perspectivas de interpretação da escravidão no Brasil instaurada em 1960 na Escola Sociológica Paulista, que por sua vez foi sendo revisada à medida em que o escravizado era considerado sujeito da sua própria história e suas práticas e modos de fazer verificados no cotidiano foram sendo considerados pela academia como sistemas simbólicos configuradores de valores sociais. Na análise sobre como estes sujeitos formularam estratégias quando em articulação com as distintas dimensões da comunicação, a obra perfaz uma análise espaço-temporal do período da abolição oitocentista em relação às dimensões da oralidade, da leitura, da escrita e do período em que se inicia no país a produção de impressos.

Enquanto analisa a dimensão da oralidade, a autora defende que a comunicação praticada pelos escravizados foi forjada na memória e no ato narrativo, consideradas as condições extremamente violentas da escravização praticada no Brasil. Barbosa refina esta

análise quando afirma que a produção de sentido tem como base os atos mnemônicos. Esta visão considera como autênticos atos comunicacionais aqueles que permitem tornar comuns sensações sentidas no corpo e transportadas como lembrança duradoura de uma cena fixa. São práticas que revelam a sofisticação do comportamento narrativo destes sujeitos, compreensão que contribui de maneira consistente para a atualização das teorias interpretativas da escravidão.

À luz de Muniz Sodré, Barbosa situa a comunicação como processo essencialmente simbólico, posicionando o aspecto linguístico como uma dimensão complementar. Para isso, a autora traz passagens dos textos dos escravos Baquaqua – cujos relatos revelam que diante da absoluta escuridão e da imposição do mutismo somente as sensações corpóreas eram responsáveis pela noção perturbada de tempo – e Velha Galdina – que contando histórias transmitia uma possibilidade de comunicação com um passado irrecuperável –, lançando luz às estratégias praticadas por sujeitos escravizados para reconstituir os elos do tempo presente com o tempo de antes. Não dominando os códigos de leitura e escrita, o escravizado faz da oralidade e da capacidade de guardar fórmulas narrativas estratégias de sobrevivência.

Aportados em solo, a presença dos corpos escravizados transforma visual e sonoramente a urbes, de maneira que os relatos dos viajantes estrangeiros no século XIX noticiavam que aquela massa transformava a paisagem urbana em um território negro, em descrições que se referiam de forma frequente a ritos, risos, brigas, aos múltiplos contatos praticados por aqueles sujeitos no espaço externo. Apoiando-se na noção de tempo de Norbert Elias, a autora explica que a apropriação das ruas por este corpus era expressa por meio de uma organização dos tempos de vida e dos tempos de trabalho, dentro de uma lógica própria em que o tempo livre se interpunha, como astúcia, ao tempo do trabalho.

Tempo livre este dedicado com frequência à capoeira, ao samba-de-roda, à oração, a práticas diversas que incluem o passado nas suas novas narrativas, dando novo sentido ao passado. Arrancados de sua experiência original, era preciso experimentar novos atos que relacionassem uns indivíduos aos outros, uma vez que praticavam originalmente linguagens diversificadas. Por meio do pensamento de Heller a autora localiza a música expressa nos cânticos durante o trabalho como este elemento de integração inicial que configurou um território onde experimentavam a conjuntividade. Analisando o arsenal da cultura oral, a autora destaca que os escritos dos viajantes trazem a música como elemento mais constante

da comunicação partilhada praticada entre os escravizados. A descrição trazida pelos grifos estrangeiros – material fartamente acionado pela autora – não somente forja um imaginário sobre aquele tempo, como aborda também o que lhes era estranho, sobretudo em relação à simultaneidade da fala e a estridência dos timbres vocais.

Citando Ferrão Neto, a autora sustenta que um padrão oral de pensamento forja o indivíduo em uma visão de mundo também oralizada. Este padrão é operado por meio de sistemas de escrita e leitura também oralizados, que faz uso de recursos fonéticos, musicais e rituais performáticos para selecionar e armazenar a informação. A este modo distinto de consciência que tem suas próprias regras, a autora denomina de “Oralismo Histórico”, salientando que dentre os gêneros de fala dos escravizados, se sobressaem aqueles que adicionam às expressões acústicas as condutas corpóreas.

Para explicar o que denominou de gêneros de fala, a autora organiza os níveis de articulação entre o comportamento linguístico e os gestos corpóreos dos negros escravizados, entendendo que cada gesto realizado em complemento a ação vocal é um atributo narrativo, já que acrescenta à voz uma particularidade, contribuindo para a construção polifônica do discurso. O gênero de fala contornado pelas encenações vocais considera os diferentes aspectos da linguagem vocalizada (timbre, altura, fluxo) para a compreensão dos signos de reconhecimento da comunicação. O gênero de fala contornado pelas encenações musicais, por sua vez, tem na música suporte fundamental para acionar encenações gestuais, tornando o corpo um corpo que fala. A autora destaca ainda um terceiro gênero de fala, aquele que se propõe a ser um caminho para a comunicação entre o mundo dos vivos e dos mortos, expresso por meio de gestos simbólicos que evocam a ancestralidade com o intuito de reorganizar a própria existência.

Se no território da oralidade a prevalência é da prática da fala e da escuta, no território da leitura o exercício predominante é do olhar. Tensionando as noções convencionais de letramento e de possibilidades em torno da leitura, a autora discorre sobre como, não decifrando os códigos escritos desta nova realidade, os negros escravizados foram desenvolvendo as habilidades de leitura forjadas em contato com a rua e com o mundo prático. Barbosa defende esta perspectiva explicando que, em um primeiro momento, a posição em relação ao texto designada para qualquer escravizado era de escutar a leitura de um lugar secundário. O contato direto com a palavra escrita inicialmente se deu para aqueles

encarregados de levar e trazer bilhetes. Estes, no contato visual com tais escritos, memorizam as palavras inicialmente como forma, para depois fazer a correspondência a uma sonoridade. Isso para dizer que homens escravizados se fizeram leitores pela grande capacidade de ouvir e de memorizar.

Destacando a imersão da cidade e do país nos modos impressos que circulavam com mais intensidade a partir da metade do século XIX, Barbosa nos convida a refletir sobre os significados da escrita para os escravizados brasileiros, que a esta altura tinham um papel repleto de signos escritos – a carta de alforria – o único caminho para conquistar sua condição de liberdade. Barbosa procede uma crítica às associações abolicionistas que, apropriadas da dimensão ideológica pelo fim da escravidão, ocupavam o âmbito das narrativas, mas eram distantes do cotidiano das senzalas e não pautavam questões relativas a educação da população escravizada brasileira. Sem espaço na formação tradicional, os vestígios que registram a existência desta demanda pela escrita são cartas como as dos escravizados Teodora, Claro, Vitorino e Timóteo, que ao serem analisadas pela autora, revelam narrativas de ânsia por liberdade, seja pelo expresso desejo de se transferir de cidade com o intuito de reunir a família, seja pelo anúncio de desespero e suicídio.

Ao articular as relações entre a imprensa e o mundo dos escravizados, a autora parte do pressuposto de que havia entrelaçamentos diversos entre esses dois mundos, onde a imprensa por um lado, a serviço dos interesses coloniais, fixa as marcas do sujeito escravizado; por outro registra as ações de resistência, as mortes, as fugas e as prisões, que devem ter sua leitura atualizada como ações de comunicação. Ainda que muitos órgãos da imprensa – sobretudo após 1880 – proclamem sua adesão à emancipação dos escravizados, os discursos dominantes enfatizam a luta dos que tem voz e rosto – políticos e jornalistas abolicionistas – e apagam as imagens cotidianas dos escravos pelas ruas, praças campos e matas, em uma produção de um esquecimento comandado de suas imagens. Lançando um olhar profundo sobre esse corpus textual, a autora sobreleva seus corpos, gestos, resistências, violências e sofrimentos na imprensa, ainda que, como ela destaca, seja uma imprensa mediada e controlada por diferentes elites. Traz como exemplo deste deslocamento do protagonismo narrativo a promulgação da Lei Áurea, ocasião em que, por mais uma vez, os protagonistas da trama discursiva foram aqueles que possuíam voz e rosto na sociedade. Já nos campos, a notícia da abolição foi recebida como se nada tivesse mudado. Para a autora, o

apagamento da possibilidade testemunhal dos escravos de um ato que diz respeito às suas vidas e às suas memórias impede ainda no futuro o reconhecimento de suas vozes.

Em alusão à Ricoeur, Barbosa explica que a escravidão está submetida a múltiplos esquecimentos. Esta obra apoia a reconstituição dos campos de memória sobre o processo de escravização praticado no Brasil e contribui para posicionar os escravizados brasileiros como sujeitos históricos que são. Ao buscar demarcar o lugar de quem estava lá, produzindo o testemunho, a autora consolida relatos de presença que, ao emergirem, constituem este esforço em um ato de historicidade.

Em suma, a autora evoca os mundos da oralidade, da leitura, da escrita e da impressão, articulando-os em espaços tempo que produziram artimanhas narrativas que só podem ser percebidas e interpretadas se compreendermos os territórios como lugares simbólicos em que esses sujeitos estavam imersos e a forma como viviam narrativamente o tempo.

Ao se posicionar como uma crítica à historiografia tradicional brasileira, a obra também fissa as noções convencionais de cultura. Por este motivo, possui caráter multidisciplinar, embora seu título atraia, a priori, pesquisadores de comunicação. O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio. Reconstituir o olhar sobre este processo de escravização colocando no centro da análise as dinâmicas comunicacionais articuladas pelos sujeitos subalternizados é um ato de insurgência epistemológica. A obra ilumina fundamentos históricos e metodológicos de grande relevância para qualquer leitor interessado em sedimentar para si uma perspectiva de vida de base decolonial.

Ficha Técnica:

Título: Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX.

Autora: Marialva Carlos Barbosa

Editora: Mauad X

Ano: 2016

Número de páginas: 176 p.

ISBN 978-85-747-8842-5

Referências

BARBOSA, M. C. **Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: MauadX, 2016.

GOMES, L. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MARTINS, Vítor Nazareno da Mata; CORDOVIL, Danilson Jorge Coelho; CANGUSSU, Dawdson Soares; SILVA, Maurício Sousa. **A coisificação do Escravo**. Recanto das Letras, 2006.

PINTO, Valdina Makota. **Meu caminhar, meu viver**. Salvador: Sepromi, 2013.